

BC pode ajudar outros Estados

BRASÍLIA - Outros Estados podem se beneficiar do socorro financeiro dado a São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro pelo governo federal. Nos próximos 60 dias o Ministério da Economia, que liberou Cr\$ 654 bilhões nessa operação, estará à disposição dos governadores em dificuldades financeiras que se interessarem em aderir ao esquema, segundo anunciou ontem o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris. Ele explicou que o governo federal não deverá desembolsar nenhum recurso para aliviar a situação financeira dos quatro favorecidos, que, juntos, respondem responsáveis por 85% da dívida mobiliária do Estados.

A operação tem quatro pontos principais. Na primeira fase, realizada ontem, as distribuidoras das Letras Financeiras do Tesouro Estadual (LFTE) de cada beneficiado iriam recolher todos os papéis em circulação no mercado e depositá-los nos respectivos bancos estaduais, onde ficariam bloqueados. Na fase seguinte, o BC entregará aos bancos Letras do Banco Central (LBC), de maior credibilidade no mercado, que passarão a ser ofertadas no mercado no lugar dos frágeis títulos estaduais. A responsabilidade por honrar os títulos federais passa a ser dos Estados, segundo Eris.

A operação terá duração de 60 dias e, ao final dos prazos de resgate, os Estados terão de pagar ao BC a remuneração dos títulos. Como garantia desse "empréstimo", serão aceitos bens imóveis, ações e outras propriedades dos governos estaduais. Os negócios terão de ser autorizados, posteriormente, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), com voto ad referendum da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello.

Os Estados beneficiados continuam com a possibilidade de emitir novos lotes de LFTEs, com as autorizações de praxe, mas se comprometeram com o Ministério da Economia a só fazê-lo através de leilões, organizados pelos bancos estaduais, e a resgatar os títulos na data de seu vencimento. Não poderá haver rolagem desses papéis. Eris enfatizou que a operação não significa nova emissão de títulos e que, portanto, a disponibilidade de dinheiro no mercado não será aumentada. "Os títulos estaduais já estão no mercado e serão

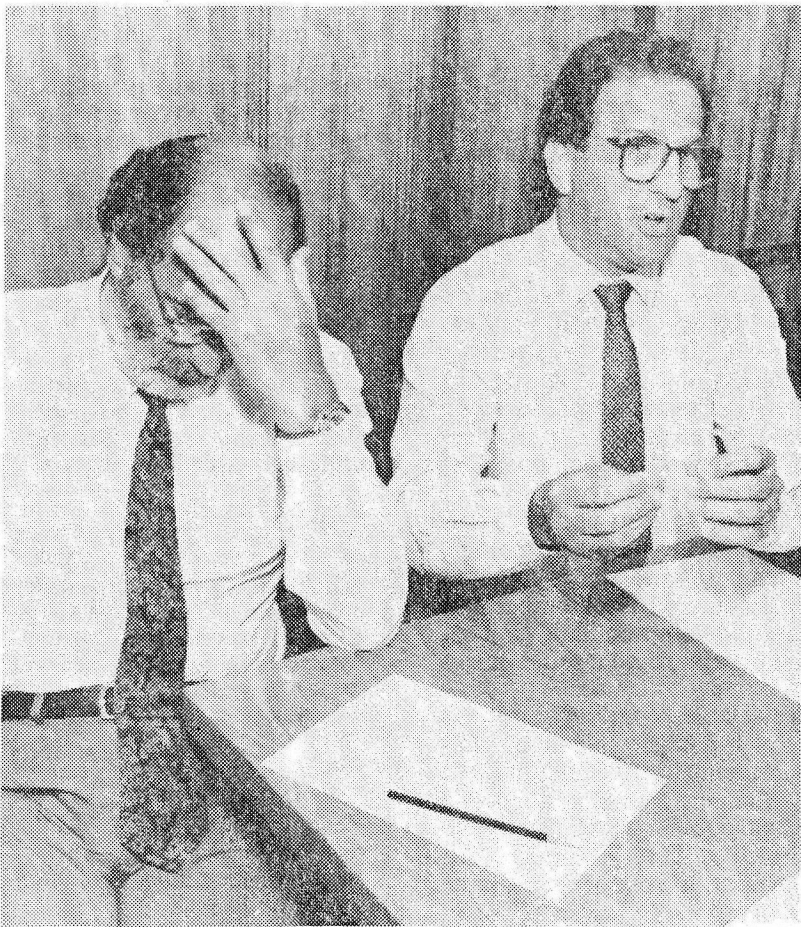
apenas substituídos por federais", afirmou.

Pelo acordo firmado na noite de quinta-feira no Ministério da Economia, o Rio Grande do Sul receberá Cr\$ 120 bilhões em LBCs, Minas Gerais será beneficiado com Cr\$ 114 bilhões e o Rio de Janeiro trocará Cr\$ 140 bilhões de LFTEs. São Paulo trocará Cr\$ 280 bilhões de suas LFTEs. É este o volume de títulos com prazo de resgate vencido. No total, a dívida mobiliária do Estado é de Cr\$ 660 bilhões.

"Não foi o melhor momento para negociarmos esse acordo", reconhece o diretor de Política Monetária do Banco Central, Luis Eduardo Assis. "Mas não poderíamos deixar que as dificuldades dos títulos estaduais contaminasse a credibilidade dos bancos estaduais, que não têm nada a ver com o problema." O sinal de alarme soou para o BC no meio da semana passada, diz Assis. Foi quando os bancos dos quatro estados passaram a recorrer maciçamente às linhas de desconto do Banco Central, para fechar suas contas diárias. A equipe do Banco Central trabalhou no Carnaval, para montar a proposta.

O presidente do Banespa, Wadico Bucchi, que assume a responsabilidade por essa operação com o descredenciamento da Distribuidora de Valores e Títulos do Estado de São Paulo (Divesp), espera que o prazo de 60 dias seja usado para que se encontre uma solução definitiva para as dívidas estaduais. Aliviado com o fim da pressão sobre o banco, que vinha rolando Cr\$ 47 bilhões em títulos estaduais, ele lembrou que só anúncio da operação serviu para tranquilizar o mercado. "Hoje (ontem), os títulos foram todos colocados até o meio-dia", festejou. "Nos últimos dias, isso só acontecia às oito da noite."

Nem todos os envolvidos na negociação pretendem, porém, encontrar solução definitiva para o problema. O secretário da Fazenda do atual governo, José Machado de Campos Filho, e o que vai substituí-lo, Frederico Mazzucchelli (atual secretário de Planejamento), começaram a apostar ontem mesmo numa prorrogação do prazo do acordo feito com o governo federal. "O acordo foi bom, mas o prazo é curto", disse Machado. "Acreditamos que vai haver prorrogação", avisou.



Nem de Tal/AE

Mazzucchelli e Machado: aposta na prorrogação do prazo